



Rio de Janeiro, 30 de março de 2015.

COMUNICAÇÃO Nº 052/15 – TJD/RJ

**DECISÃO DA “1ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR -
TJD/RJ**

Sob a Presidência do Auditor, Dr. Antônio Vanderler de Lima, presentes os Auditores Dr. Marcio Alvim Trindade Braga, Dra. Renata Deschamps Lagares, Dr. Rafael de Medeiros Espíndola, Dr. Rafael Fernandes Lira e a Procuradora Dra. Caroline Nogueira Accioly, ausência justificada do Dr. José Alberto Alves Diniz, reuniu-se às 16 horas e 12 minutos do dia 30 de março de 2015, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre nº 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a “1ª” Comissão Disciplinar Regional, tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior;

2) Processo: nº 060/15

Denúncia com pedido de suspensão preventiva

Denunciado: Wanderley Luxemburgo (Técnico do CR Flamengo)

Tipificação: Arts. 243-B, 243-C, 243-D e 258 c/c 156, 157, I e III e 179, V e VI, §1º, na forma do art. 35, todos do CBJD

Categoria: Profissional – Série A

Representante legal dos denunciados: Dr. Michel Assef Filho

Auditor Relator: Dr. Antonio Vanderler de Lima – Redistribuído para Dr. Marcio Alvim Trindade Braga

Juntada procuração pela defesa.

A douta Procuradoria requereu a absolvição em relação aos arts. 243-B e 243-C.

A defesa requereu a impugnação da denúncia por absoluta ausência de prova, não sendo a mesma acolhida.

A douta procuradoria requereu réplica, sendo indeferida.

Resultado: Por unanimidade absolvido o denunciado quanto à imputação dos arts. 243-B e 243-C do CBJD, acolhendo pedido da douta Procuradoria.

Por unanimidade absolvido o denunciado quanto à imputação do art. 243-D do CBJD.

Por maioria suspenso o denunciado em 02 (duas) partidas quanto à imputação do art. 258 do CBJD. Vencidos a Dra. Renata Deschamps Lagares e o Presidente, que aplicavam 03 (três) partidas.

A douta Procuradoria requereu redação de acórdão nos moldes do art. 39 do CBJD.

3) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

4) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

5) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

6) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO À SECRETARIA DESTA E. TRIBUNAL, O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

7) Os atletas não profissionais fazem jus ao benefício do art. 182 CBJD (redução da pena pela metade).

8) O Procurador se manifestou em todos os processos.

9) Sem mais, foi encerrada a sessão às 17 horas e 05 minutos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2015.

Antonio Vanderler de Lima
Presidente da Comissão

Amanda Abreu
Secretaria TJD/RJ